Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

58/2013

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AERONAUTA

Adicional

Os aeronautas, tripulantes de aviões, não têm direito à percepção do adicional de periculosidade, porquanto não desenvolvem suas atividades diretamente na área de abastecimento, permanecendo no interior das aeronaves. (TRT/SP - 03142009220085020028 - RO - Ac. 17ªT [20130817290](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 09/08/2013)

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Impenhorabilidade

Agravo de petição. Penhora de veículo. Alienação fiduciária em garantia. Possibilidade. Na alienação fiduciária, o devedor é simples possuidor direto e depositário do bem, ficando com o credor o domínio resolúvel e a posse indireta, consoante a exegese do art. 66 da Lei n.º 4728/65. Tampouco há dúvida que o devedor tem direitos em relação ao seu credor (instituição financeira), em razão dos valores já pagos. Tanto isso é verdade que, em caso inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário (Banco) poderá vender o bem a terceiros, aplicando o produto da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo que, porventura, houver à luz do art. 66, parágrafo 4º, da Lei 4.728/65. Nesse contexto, nada impede a constrição sobre os direitos que o executado já tem em face do seu credor, bastando que fique este intimado a não praticar qualquer ato que implique alienação do veículo, senão mediante autorização judicial. Agravo de petição a que se nega provimento. (TRT/SP - 00007666920125020481 - AIAP - Ac. 13ªT [20130723244](#) - Rel. ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE - DOE 12/07/2013)

APOSENTADORIA

Complementação. Direito material

SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. As regras que regem os benefícios de suplementação de aposentadoria oriundos de contrato de trabalho são aquelas em vigor quando da contratação do plano e as eventuais alterações somente serão aplicáveis se benéficas ao trabalhador, a teor da Súmula 288, do C. TST. Na hipótese dos autos, entretanto, ficou comprovada a adesão espontânea do autor ao plano SISTEL, e não alteração unilateral das condições anteriormente pactuadas em plano de benefício. Recurso do reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 00013834920125020442 - RO - Ac. 3ªT [20130743741](#) - Rel. SONIA MARIA PRINCE FRANZINI - DOE 23/07/2013)

CARTÃO PONTO OU LIVRO

Obrigatoriedade e efeitos

O artigo 74, parágrafo 2º, da CLT, determina que, para os estabelecimentos com mais de dez trabalhadores, seja feito controle da duração da jornada de trabalho pelo empregador, com anotação de entrada e de saída, bem como pré-anotação do intervalo intrajornada. Trata-se, pois, de uma obrigação legal, de modo que cabe ao empregador exibir tais documentos, independentemente de determinação judicial, sendo que, não o fazendo, se sujeita à inversão do ônus da prova. Nesse sentido a Súmula 338, do C. TST. (TRT/SP - 00024327820115020372 - RO - Ac. 17ªT [20130818202](#) - Rel. THAIS VERRASTRO DE ALMEIDA - DOE 09/08/2013)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano material em acidente de trabalho

PERDA PATRIMONIAL SEM INCAPACITAÇÃO LABORAL. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. Havendo prova de que a perda patrimonial do empregado decorreu de acidente do trabalho com culpa da empregadora, é cabível a indenização por danos materiais, ainda que o laudo pericial não tenha constatado incapacidade laborativa. Inteligência dos artigos 927 e 186, do Código Civil. (TRT/SP - 00004883720125020362 - RO - Ac. 8ªT [20130711084](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 10/07/2013)

Indenização por dano moral em geral

DANOS MORAIS E RESPONSABILIDADE PÓS CONTRATUAL: A divulgação e o repasse de informações desabonadoras da conduta do obreiro dificultam sobremaneira a obtenção de novo emprego, ferindo frontalmente a liberdade de trabalho do empregado, bem assim a própria dignidade do trabalhador e o valor social do trabalho, os quais são direitos fundamentais assegurados constitucionalmente a todos os trabalhadores. Recurso ordinário da reclamada não provido. (TRT/SP - 00020270420105020202 - RO - Ac. 11ªT [20130740262](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 23/07/2013)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Prova

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. O ônus probatório em matéria de equiparação cabe ao empregado quanto à identidade de função, mesma localidade e mesmo empregador. Por sua vez, deve o empregador provar a diferença de perfeição técnica, de produtividade e de tempo de serviço na função superior a dois anos. Recurso Ordinário da reclamada a que se nega provimento, nesse particular. (TRT/SP - 00028436120125020025 - RO - Ac. 8ªT [20130710878](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 10/07/2013)

EXECUÇÃO

Bens do sócio

Desconsideração da pessoa jurídica. Intimada a reclamada, ora executada, para pagar débito de natureza trabalhista ou previdenciária inserida na competência desta Justiça Operária e quedando-se inerte, há resistência injustificada que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, visando atingir os bens pessoais dos sócios que foram, afinal, os reais beneficiários do suor do trabalhador e responsáveis pelo repasse previdenciário. Agravo de petição a que se nega

provimento. (TRT/SP - 02102000920075020341 - AP - Ac. 13ªT [20130723228](#) - Rel. ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE - DOE 12/07/2013)

Fraude

FRAUDE À EXECUÇÃO. Ainda que os sócios e ex-sócios sejam responsáveis pelos créditos dos seus ex-empregados, no presente caso, de fato, não há como subsistir a penhora realizada em veículo, porquanto a propriedade de bens móveis se transfere pela tradição, nos termos do artigo 1.226 do Código Civil, independentemente de registro de transferência no órgão competente e, "in casu", a agravante comprovou que desde setembro de 2010, era a legítima proprietária do bem. Agravo de petição da exequente improvido. (TRT/SP - 00002029520135020080 - AP - Ac. 13ªT [20130723252](#) - Rel. ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE - DOE 12/07/2013)

FRAUDE À EXECUÇÃO. Demonstrados nos autos, que a transação acerca do imóvel ocorrera antes mesmo da propositura da reclamação trabalhista e, muito antes da inclusão do sócio no pólo passivo da execução, em que pese o fato do registro da venda e compra ter ocorrido posteriormente, não há falar-se em venda em fraude à execução. Agravo improvido. (TRT/SP - 00000827520135020040 - AP - Ac. 3ªT [20130743717](#) - Rel. SONIA MARIA PRINCE FRANZINI - DOE 23/07/2013)

Obrigação de fazer

EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA POR ATRASO. Fixado o prazo de 30 dias do seu trânsito em julgado para o cumprimento da obrigação de fazer, consubstanciada na apresentação de toda documentação relativa ao processo seletivo interno realizado na executada em 2006, através do Concurso nº 4, do qual participou o reclamante, o cumprimento integral deu-se com um ano de atraso. Cabível a cobrança da multa cominada sem qualquer dedução, porque a r.decisão exequenda não foi objeto de insurgência na oportunidade. Aplicação dos Princípios da Justiça e da Segurança da Ordem Jurídica. Agravo de Petição do exequente ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 02647002220085020072 - AP - Ac. 13ªT [20130721721](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 12/07/2013)

Penhora. Impenhorabilidade

PENHORA DE IMÓVEL. TÍTULO DE AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE NÃO REGISTRADO. A Súmula nº 84 do STJ prevê que é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse, advinda de compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido de registro. Na caracterização de eventual fraude à execução deve ser considerada a efetiva posse do imóvel constricto e não, apenas sua inscrição no registro de imóveis. Firmado compromisso de compra e venda antes do ajuizamento da ação que culminou na constrição do bem, imperioso o reconhecimento de posse de boa fé do adquirente. Agravo de Petição do exequente ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00019355620125020040 - AP - Ac. 13ªT [20130721802](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 12/07/2013)

Recurso

AGRAVO DE PETIÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. Agravo de Petição interposto contra decisão que determina penhora de bem imóvel importa em supressão de instância, na medida em que a parte deixou de valer-se do apelo

adequado para impugnar a constrição judicial, qual seja, embargos à penhora ou à execução. Inteligência do disposto no artigo 884 da CLT. Agravo de petição dos executados que não se conhece. (TRT/SP - 00000046920105020466 - AP - Ac. 13ªT [20130721713](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 12/07/2013)

Requisitos

EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. LICITUDE. Ainda que o artigo 260-D do Provimento GP/CR 13/2006 - CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS DA CORREGEDORIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO - tenha tido sua vigência e eficácia suspensas pelo Provimento GP/CR nº 02/2011, a Certidão de Crédito Trabalhista foi referendada pelo Ato GCGJT nº 01/2012 que, propiciando a continuidade dos atos executivos quando exauridos em vão todos os meios de coerção do devedor, dispôs sobre a conversão de autos físicos de processos arquivados provisoriamente em Certidão de Crédito Trabalhista. Agravo de Petição interposto pelo sindicato exequente ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 01592008120065020089 - AP - Ac. 13ªT [20130721934](#) - Rel. CÍNTIA TÁFFARI - DOE 12/07/2013)

HONORÁRIOS

Advogado

Honorários de advogado. Deferimento a título de indenização. Não cabimento. Não existe direito à indenização de honorários advocatícios. Quem pede honorários de advogado ou indenização correspondente aos honorários de advogado, pede exatamente a mesmíssima coisa. Expediente para se contornar a jurisprudência em sentido contrário, sedimentada no Tribunal Superior do Trabalho. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00019146320115020445 - RO - Ac. 11ªT [20130739779](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 23/07/2013)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Portuário. Risco

Adicional de risco. Trabalhador portuário avulso. O adicional de risco previsto no art. 14 da Lei 4.680/65 não se aplica ao trabalhador portuário avulso, pois conforme decorre da leitura do art. 19 da mencionada norma "as disposições desta Lei são aplicáveis a todos os servidores ou empregados pertencentes às Administrações dos Portos organizados". Assim, não sendo o reclamante servidor ou empregado da Administração do Porto Organizado, não faz jus ao adicional postulado, além do que a remuneração do portuário avulso deve ser regulada por negociação coletiva, na forma prevista pelo art. 29 da Lei 8.630/93. (TRT/SP - 00020454720115020442 - RO - Ac. 8ªT [20130710568](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 10/07/2013)

JORNADA

Intervalo violado

Intervalo intrajornada. Concessão parcial. Contraprestação. A supressão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, assegura ao empregado o direito de receber a hora integral. Entendimento já assentado no Tribunal Superior do Trabalho, na Súmula 437, item I. Recurso da ré a que se nega provimento. (TRT/SP - 00023498120125020031 - RO - Ac. 11ªT [20130739671](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 23/07/2013)

Tempo à disposição do empregador. Transporte ao local de trabalho

Na forma do disposto no art. 4º da CLT, considere-se como tempo à disposição o deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 (dez) minutos diários. Inteligência da Súmula 429 do C. TST. (TRT/SP - 00006450420125020461 - RO - Ac. 17ªT [20130708466](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 05/07/2013)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Efeitos

RECURSO ORDINÁRIO. ANUËNIOS. NORMA COLETIVA. INTEGRAÇÃO. A integração ao salário de vantagem concedida por Norma Coletiva não repercute, necessariamente, no cálculo de outros direitos oriundos do contrato do trabalho, mormente quando há instrumento normativo com previsão específica para tais direitos, em caráter mais benéfico ao trabalhador (artigo 7º, XXVI, da CF). As cláusulas contratuais benéficas merecem interpretação restritiva, nos termos do artigo 114, do CC. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00013439720105020002 - RO - Ac. 8ªT [20130711319](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 10/07/2013)

NULIDADE PROCESSUAL

Arguição. Oportunidade

NULIDADE. ARGUIÇÃO. Não basta o simples protesto contra o indeferimento de oitiva em audiência. A parte deve arguir a nulidade na primeira oportunidade que tiver de falar em audiência ou nos autos, consoante disposição contida no artigo 795, da CLT. Na hipótese vertente, a mera apresentação de razões finais remissivas impõe a aplicação da vedação contida no mencionado dispositivo legal. (TRT/SP - 00007268820115020007 - RO - Ac. 8ªT [20130711190](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 10/07/2013)

Prejuízo

NULIDADES TRABALHISTAS: A r. sentença de origem foi proferida em consonância com o disposto no inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal, e com os artigos 165 e 458 do Código de Processo Civil, aplicados subsidiariamente (artigo 769 da CLT), no âmbito da Justiça do Trabalho. Não demonstrado qualquer prejuízo à ampla defesa e as nulidades só devem ser pronunciadas, quando houver prejuízo, a teor do artigo 794 da CLT. Ademais, o efeito devolutivo amplo atribuído ao recurso ordinário permite a este Egrégio TRT paulistano, a análise do pleito não apreciado em sede de Embargos de Declaração. Nesse sentido, artigo 515 do CPC aplicado subsidiariamente (CLT, artigo 769). Questão prévia de nulidade por negativa de prestação jurisdicional rejeitada. (TRT/SP - 00008700620105020037 - RO - Ac. 11ªT [20130740238](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 23/07/2013)

PERÍCIA

Sentença. Desvinculação do laudo

Adicional de insalubridade. Prova técnica. Relevância. Nos termos do art. 436 do CPC, o juízo não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, regra coerente com o princípio do livre convencimento motivado. Não obstante, há que se consignar a relevância

que as conclusões exaradas no laudo produzido nos próprios autos representam e que impõem, em princípio, serem acatadas em detrimento, inclusive, do trabalho produzido pelo assistente técnico. (TRT/SP - 00017203820115020033 - RO - Ac. 8ªT [20130709411](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 10/07/2013)

PRAZO

Recurso. Intempestividade

O prazo recursal é único e a decisão proferida em reiteração de pedido não tem o condão de dar à parte nova oportunidade de interpor recurso em face da decisão que, em verdade, somente manteve a anterior. Agravo de petição que não se conhece, por intempestivo. (TRT/SP - 00011071520105020401 - AP - Ac. 17ªT [20130709063](#) - Rel. THAIS VERRASTRO DE ALMEIDA - DOE 05/07/2013)

PRESCRIÇÃO

Prazo

COBRANÇA DE MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. O prazo prescricional para cobrança de multa administrativa é de cinco anos, contados da data da constituição do crédito. Inteligência do disposto no artigo 1º do Decreto nº 20.910 de 06.01.1932 e artigo 1º e 1º-A da Lei nº 9.873 de 23.11.1999. Agravo improvido. (TRT/SP - 00013022120125020242 - AP - Ac. 3ªT [20130748620](#) - Rel. SONIA MARIA PRINCE FRANZINI - DOE 23/07/2013)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Omissão de recolhimento. Verbas objeto de condenação. Dedução do empregado

A responsabilidade pelo recolhimento da alíquota de 11%, referente à cota-parte da trabalhadora, decorrente das contribuições previdenciárias por ela devidas, não pode ser revertida à empresa, por tratar-se de encargo atribuído por lei à própria prestadora dos serviços, na qualidade de contribuinte individual. (TRT/SP - 01818007420095020030 - AP - Ac. 17ªT [20130733690](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 15/07/2013)

PROCESSO

Subsidiário do trabalhista

Processo do Trabalho e aplicação subsidiária do art. 461 do CPC. É nítida a compatibilidade do art. 461 do CPC com os dispositivos e princípios que regem o Processo do Trabalho, o que viabiliza sua aplicação subsidiária às reclamações trabalhistas. Limitação das 'astreintes'. A multa por descumprimento da obrigação de fazer, imposta com esteio no art. 461, parágrafo 5º, CPC, não sofre a limitação estabelecida no art. 412 do CC/2002, haja vista que não possui natureza de cláusula penal contratual, mas de medida processual necessária para obter-se a efetivação da tutela deferida em relação à parte recalcitrante em cumprir a determinação judicial. (TRT/SP - 00008421220105020466 - RO - Ac. 8ªT [20130710509](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 10/07/2013)

PROVA

Justa causa

JUSTA CAUSA - MAU PROCEDIMENTO - A justa causa como pena máxima que autoriza a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregador, deve ser exaustivamente provada, de modo a deixar indubitado o ato ilícito do empregado quanto à violação de suas obrigações. A falta justificadora da dispensa apontada pela reclamada exige prova irrefutável da sua ocorrência, posto que sua expressão e reflexos certamente não de afetar a vida profissional, familiar e social do trabalhador. Assim, não existindo prova contundente da infringência das regras do comportamento moral a prejudicar o ambiente de trabalho, impossível a incidência da pena máxima trabalhista, por mau procedimento, resultando insubsistente a justa causa aplicada. Recurso do reclamante ao qual se dá parcial provimento. (TRT/SP - 00006454120125020481 - RO - Ac. 8ªT [20130709497](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 10/07/2013)

RECURSO

Interlocutórias

Agravo de petição. Cabimento. Decisão interlocutória. O Agravo de Petição é recurso para sentenças definitivas ou terminativas. O art. 897, a, da CLT e o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias impedem a utilização da medida contra incidentes da execução. Jurisprudência no TST, todavia, a admitir que a medida processual seja utilizada nas denominadas decisões interlocutórias de natureza terminativa (Súmula 214). Hipótese dos autos. Recurso conhecido. (TRT/SP - 01335009020045020019 - AP - Ac. 11ªT [20130739809](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 23/07/2013)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Autonomia

VÍNCULO DE EMPREGO - AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTO - A falta de elementos como subordinação e habitualidade, desconfigura o vínculo de emprego, em tudo caracterizando a condição de trabalhador autônomo, não prosperando o reconhecimento de vínculo empregatício, nos ditames insculpidos no artigo 3º da CLT. O reclamante não nega que é agente de autônomo de investimento aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e que foi credenciado pela reclamada, pelo que desempenhava a atividade tal como disciplina a Lei 6.385/76 e Resolução 238/72 da CVM que regula a profissão dos agentes que prestam serviços às instituições de distribuição de valores mobiliários de forma autônoma, e por meio de sociedade ou firma individual, consoante artigo 2º, Instrução 497/2011. Relevante frisar que, no caso, o autor atuou também como verdadeiro sócio da entidade financeira que o credenciou. (TRT/SP - 00025379020115020037 - RO - Ac. 8ªT [20130709594](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 10/07/2013)

Configuração

Vínculo de emprego. Contrato de parceria. Profissional que contrata o uso de horário na TV para produzir e apresentar programa. Ausência absoluta de subordinação, como elemento crucial da relação de emprego. Prova que, ao contrário, indica relação real de parceria, autonomia completa na organização do empreendimento e divisão de lucros. Vínculo de emprego não caracterizado.

Recurso da autora a que se nega provimento. (TRT/SP - 00012375920125020037 - RO - Ac. 11ªT [20130739701](#) - Rel. EDUARDO DE AZEVEDO SILVA - DOE 23/07/2013)

Representante comercial

VÍNCULO DE EMPREGO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. REQUISITOS. A caracterização do prestador de serviço como representante comercial ou vendedor externo, conforme as Leis 4.886/65 e 3.207/57, respectivamente, depende da ocorrência de inúmeros componentes da subordinação, já que este se constitui em elemento essencial que dá garantia ao exercício dessas atividades que, por exceção à regra geral, afasta a existência do liame empregatício, não bastando, portanto, para esse fim, a presença de apenas alguns deles. Pretensão da autora a que se nega provimento. (TRT/SP - 00003251720105020010 - RO - Ac. 8ªT [20130711572](#) - Rel. SIDNEI ALVES TEIXEIRA - DOE 10/07/2013)

Vendedor

Executiva de vendas de uma grande empresa de cosméticos. Trabalho autônomo não configurado. Reconhecimento do vínculo empregatício. No caso sub judice, o trabalho autônomo na condição de executiva de vendas de uma grande empresa de cosméticos não restou configurado, haja vista que existem provas nos autos de que a reclamante encontrava-se subordinada juridicamente às ordens dos superiores, principalmente quanto ao treinamento e cobrança de metas. Desta forma, a manutenção do reconhecimento do vínculo empregatício é medida que se impõe. Recurso da reclamada não provido. (TRT/SP - 00011626720125020086 - RO - Ac. 8ªT [20130710576](#) - Rel. ADALBERTO MARTINS - DOE 10/07/2013)

SALÁRIO (EM GERAL)

Diferença. Integração nas demais verbas

Nos termos do disposto no art. 7º, da Lei Complementar 987, de 06 de janeiro de 2006, a importância paga a título de Plantão não se incorporará aos vencimentos ou salários pra nenhum efeito, não incidindo sobre vantagens de qualquer natureza. (TRT/SP - 00026025620125020003 - RO - Ac. 17ªT [20130733592](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 15/07/2013)

Funções simultâneas

Somente se prevista em norma coletiva pagamento por acúmulo de função é devida a verba. Exercício de outra função não acarreta pagamento. De mencionar-se o art. 456, parágrafo único, da CLT. (TRT/SP - 00027363920105020202 - RO - Ac. 17ªT [20130733673](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 15/07/2013)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Acumulação de cargos. Efeitos

A análise da legislação em vigor e da jurisprudência do STF evidencia a legalidade da cumulação de dois empregos públicos de técnico em radiologia, ainda que a soma das jornadas de trabalho seja superior a vinte e quatro horas semanais, desde que o referido limite seja observado em cada um dos contratos de trabalho. Recurso provido. (TRT/SP - 00025371520115020062 - RO - Ac. 17ªT [20130763530](#) - Rel. THAIS VERRASTRO DE ALMEIDA - DOE 26/07/2013)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PERANTE EMPREGADOS NÃO FILIADOS: A Constituição da nossa República, em seu artigo 5º, inciso XX e artigo 8º, inciso V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoração ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Recurso ordinário não provido. (TRT/SP - 00019356120125020006 - RO - Ac. 11ªT [20130740076](#) - Rel. RICARDO VERTA LUDUVICE - DOE 23/07/2013)